

991496 11.AGO 2004

6ºRTD-RJ - 991496
Emplacado 535.76 / Telêfones 0 22
Módulo COPIADOR (PET) 100 15
Total Impressões 100 15
RAM Vias 5 / Número 2 / Págs 132
Proc Pet N / Assin N / Titulo



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS COM GARANTIA REAL DA
DÉCIMA SEGUNDA EMISSÃO DE BRASKEM S.A.

BRASKEM S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, Pólo Petroquímico, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu contrato social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de debenturistas titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar esta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis com Garantia Real da Décima Segunda Emissão de Braskem S.A.", de acordo com os seguintes termos e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão e a distribuição pública das Debêntures serão realizadas com base nas deliberações (i) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 27 de maio de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 3 de junho de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "A Tarde" em 30 de junho de 2004; (ii) da reunião do conselho fiscal da Emissora realizada em 3 de junho de 2004; e (iii) da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 15 de junho de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 21 de junho de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "A Tarde" em 2 de julho de 2004 ("AGE").
- 1.2 A AGE autorizou (i) o aumento do valor da emissão e da quantidade das Debêntures, nos termos das Cláusulas 5.2 e 5.4.1 abaixo; e (ii) o conselho de administração a (a) deliberar ou alterar as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page.

991490-11. AGO 2004



1976; e (b) cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Emissora.

II

DOS REQUISITOS

- 2.1 A emissão e a distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão deverá ter sido (i) inscrita na Junta Comercial do Estado da Bahia; e (ii) registrada nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de Camaçari, Estado da Bahia, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
 - II. *registro do Contrato de Penhor (conforme definido abaixo).* O Contrato de Penhor deverá ter sido registrado nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de Camaçari, Estado da Bahia, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
 - III. *registro para distribuição no mercado primário.* A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP");
 - IV. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
 - V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
 - VI. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ser registrada pelo coordenador líder da





emissão ("Coordenador Líder"), conforme definido no contrato de coordenação ("Contrato de Coordenação") celebrado entre a Emissora e os coordenadores desta emissão ("Coordenadores") na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").

III

DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social (i) a fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos; (ii) a produção de bens utilizáveis pelas empresas componentes do Pólo Petroquímico do Nordeste tais como fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, energia elétrica, assim como a prestação de serviços diversos às mesmas empresas; (iii) a participação em outras sociedades, como sócia cotista ou acionista; e (iv) a fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e outros derivados de petróleo.

IV

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado a capital de giro, incluindo o pagamento de contratos de mútuo, cujos recursos foram destinados ao financiamento do capital de giro.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* Esta Escritura de Emissão representa a décima segunda emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), podendo, a critério da Emissora e observado o disposto na Cláusula 5.4.1 abaixo, ser de até R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão.



991496 11.AGO 2004



- 5.3 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 5.4 *Quantidade.* Serão emitidas 3.000 (três mil) Debêntures.
- 5.4.1 Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, a quantidade de debêntures a ser distribuída poderá, a critério da Emissora e sem a necessidade de novo pedido à CVM, ser aumentada até um montante que não exceda 600 (seiscentas) Debêntures ("Debêntures Adicionais", sendo certo que, salvo se expresso de forma diversa, todas as referências às Debêntures incluirão as Debêntures Adicionais).
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLIC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLIC.
- 5.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 5.8.1 *Limite de emissão.* A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que (i) o capital social da Emissora nesta data é de R\$2.192.018.293,84 (dois bilhões, cento e noventa e dois milhões, dezoito mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, somada às debêntures da décima emissão da Emissora ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$301.600.000,00 (trezentos e um milhões e seiscentos mil reais), e às debêntures da décima primeira emissão da Emissora ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), totaliza R\$1.801.600.000,00 (um bilhão, oitocentos e um milhões, seiscentos mil reais).
- 5.8.2 *Penhor de direitos creditórios.* Em garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Penhor"), o qual, para todos os fins, é considerado





parte integrante desta Escritura de Emissão, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão do Penhor (conforme definido abaixo) ("Obrigações"), a Emissora, pelo Contrato de Penhor e na melhor forma de direito, constitui, em favor dos debenturistas, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, nos termos do artigo 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor sobre ("Penhor"):

- I. 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios de Longo Prazo (conforme definido abaixo) descritos e caracterizados no Anexo I ao Contrato de Penhor ("Direitos Creditórios Empenhados"); e
- II. os créditos contra o Banco Itaú S.A. ("Banco Centralizador") pelos recursos recebidos por conta da Emissora mantidos em depósito na conta corrente de titularidade da Emissora n.º 33860-3, aberta e mantida pela Emissora exclusivamente para esse fim na agência n.º 2001 do Banco Centralizador ("Conta Centralizadora"), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Créditos Bancários Empenhados").

5.8.2.1 Até a liquidação integral das Obrigações, o valor dos Créditos Empenhados (conforme definido abaixo) deverá sempre ser equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures emitidas e não resgatadas ou canceladas, assim entendido o Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data da apuração, e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), apurado de acordo com o previsto no Contrato de Penhor ("Limite Mínimo"), sendo certo que a Emissora não estará obrigada a observar o Limite Mínimo durante o prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura do Contrato de Penhor (sem incluir eventuais aditamentos).

5.8.2.2 Observado o disposto na Cláusula 3ª do Contrato de Penhor, a fim de atender ao Limite Mínimo, a Emissora deverá constituir Penhor sobre os Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) e as Quotas (conforme definido abaixo) a seguir indicados (os quais, uma vez incluídos no Penhor, serão denominados, em conjunto com os Direitos Creditórios Empenhados, para os fins do Contrato de Penhor, "Créditos Empenhados"):

- I. 100% (cem por cento) dos créditos que vierem a ser indicados e selecionados nos termos do Contrato de Penhor, de titularidade da Emissora contra Clientes (conforme definido no Contrato de Penhor), decorrentes da comercialização de produtos petroquímicos, combustíveis e/ou utilidades, produzidos e fornecidos no desempenho





regular de suas atividades ("Produtos"), com base em (a) contratos de fornecimento de Produtos de prazo igual ou superior a 1 (um) ano celebrados entre a Emissora e seus Clientes ("Contratos de Fornecimento"), incluindo os respectivos Contratos de Fornecimento e os documentos e títulos representativos de tais créditos ("Direitos Creditórios de Longo Prazo"); e/ou (b) vendas mercantis de Produtos efetivamente entregues pela Emissora e aceitos pelos respectivos Clientes, incluindo os respectivos documentos e títulos representativos de tais créditos ("Direitos Creditórios de Curto Prazo" e, em conjunto com os Direitos Creditórios de Longo Prazo, "Direitos Creditórios"), sendo os Direitos Creditórios que vierem a ser incluídos no Penhor considerados também Direitos Creditórios Empenhados; e

II. as Quotas a que se refere o parágrafo 6º da Cláusula 3ª do Contrato de Penhor.

5.8.2.3 A Emissora obriga-se, desde já, a manter em Penhor Créditos Empenhados em valor equivalente ao Limite Mínimo, apurado de acordo com o disposto no Contrato de Penhor, sendo certo que, para todos os fins do Contrato de Penhor, a Emissora somente será considerada inadimplente quanto à sua obrigação de manter o Limite Mínimo se, em não sendo titular de Créditos Empenhados, acrescidos, se for o caso, dos Créditos Bancários Empenhados, em valor suficiente para atender ao Limite Mínimo, após notificação do Agente Fiduciário ou do Banco Centralizador, não observe o disposto no parágrafo 6º da Cláusula 3ª do Contrato de Penhor no prazo ali previsto.

5.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com colocação mediante regime de garantia firme e, no caso da eventual colocação das Debêntures Adicionais, em regime de melhores esforços, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, independentemente de qualquer ordem cronológica, os Coordenadores e/ou os clientes dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

5.10 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.

5.11 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2004 ("Data de Emissão").

5.12 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2009 ("Data de Vencimento").



- 5.13 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 5.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo) ("Preço de Subscrição").
- 5.15 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 5.17 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes a 117% (cento e dezessete por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) ("Remuneração").
- 5.17.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2004 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.
- 5.17.2 *Fórmula para cálculo da Remuneração.* A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:
- $$JR = VN \times [FatorDI - 1], \text{ onde:}$$
- JR = valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;





VN = Valor Nominal unitário, informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S/100)], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total das Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n.$$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = 117,00 (cento e dezessete).

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k \times S/100)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k \times S/100)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas de pagamento da Remuneração, sendo que o primeiro Período de



Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data de pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

- 5.17.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.4 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.
- 5.17.4 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, a extinção ou a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, assembléia geral de debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na assembléia geral de debenturistas mencionada nesta Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, observado o percentual da Taxa DI aplicável, conforme definido na Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da respectiva assembléia geral de debenturistas, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.



5.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação.

5.19 *Resgate antecipado facultativo.* A partir de 1º de junho de 2007, e com aviso prévio de 15 (quinze) dias da data do evento nos termos da Cláusula 5.25 abaixo, a Emissora poderá promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, mediante o pagamento, observada a fórmula abaixo, (i) do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; (ii) capitalizado, pelos dias úteis a decorrer entre a data do seu efetivo pagamento (exclusive) e a Data de Vencimento (inclusive), por 117% (cento e dezessete por cento) da taxa pré-fixada equivalente ao mercado futuro de juros da Bolsa de Mercadorias e Futuros, expressa na forma unitária por dia útil, cujo vencimento seja o mais próximo à Data de Vencimento ("Taxa BM&F"); e (iii) descontado por 100% (cem por cento) da Taxa BM&F pelos dias úteis entre a Data de Vencimento e a data do seu efetivo pagamento. O resgate parcial será realizado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

$$VRA = VNA * \frac{\left\{ \left[(1 + Taxa_{BM\&F})^{\frac{1}{252}} - 1 \right] * P + 1 \right\}^{DU}}{(1 + Taxa_{BM\&F})^{\frac{DU}{252}}}, \text{ onde:}$$

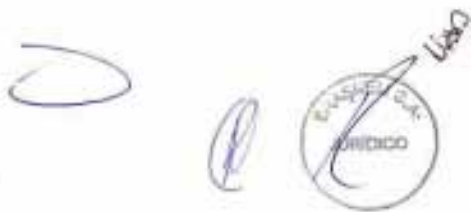
VRA = valor do resgate antecipado, calculado na data do seu efetivo pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNA = Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado;

Taxa_{BM&F} = taxa pré-fixada equivalente ao mercado futuro de juros da BM&F, na data do efetivo pagamento do resgate antecipado, expressa na forma unitária, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, cujo vencimento seja o mais próximo à Data de Vencimento;

DU = número de dias úteis a decorrer, compreendidos entre a data do efetivo pagamento (exclusive) e a Data de Vencimento (inclusive); e

P = 117% (cento e dezessete por cento).



99149G - 11.AGO 2004



- 5.20 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 5.21 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 5.22 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.23 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes a todos e quaisquer valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.23.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 5.24 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos,

U

U

U
ALMEIDA



ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CEF, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) pela CBLC, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.

- 5.25 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado da Bahia e nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "A Tarde", e por meio do *site* da Emissora (www.braskem.com.br) na Internet, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da 1ª (primeira) publicação do aviso.
- 5.26 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

BRASKEM S.A.
Rua Eteno 1561, Pólo Petroquímico
42810-000 Camaçari, BA
At.: Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (11) 3443 9661
Fac-símile: (11) 3443 9532
Correio Eletrônico: paul.altit@braskem.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205
22640-100 Rio de Janeiro, RJ
At.: Juarez Dias Costa
Telefone: (21) 2493 7003
Fac-símile: (21) 2493 4746/4901
Correio Eletrônico: agente@oliveiratrust.com.br





III. para a Instituição Depositária:

BANCO BRADESCO S.A.
 Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar
 06029-900 Osasco, SP
 At.: Departamento de Ações e Custódia
 Telefone: (11) 3684 4522
 Fac-símile: (11) 3684 5645

- 5.27 *Instituição depositária e banco mandatário.* O Banco Bradesco S.A. será a instituição depositária, prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, e o banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária").

VI

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 O Agente Fiduciário deverá, se for o caso conforme o disposto nas Cláusulas abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* (e, no caso do inciso III abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.1.3 abaixo), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:
- I. (a) pedido de auto-falência da Emissora ou de qualquer Controlada (conforme definido abaixo); (b) decretação de falência da Emissora ou de qualquer Controlada; ou (c) pedido de concordata formulado pela Emissora ou por qualquer Controlada (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementará a atual legislação sobre falências e concordatas);
 - II. o Penhor e/ou o Contrato de Penhor (a) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Penhor, desde que o Penhor não seja substituído pela Emissora no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário; (b) não for constituído; (c) for anulado; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
 - III. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas



99143C + 11.AGO 2004



previstas nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;

- IV. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso desta Cláusula ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos desta Cláusula;
- V. não cumprimento, pela Emissora, de qualquer disposição prevista no Contrato de Penhor, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica (a) às obrigações de manutenção do Limite Mínimo ou a qualquer cláusula ou a qualquer outra hipótese prevista no Contrato de Penhor cujo inadimplemento tenha prazo para ser sanado; e (b) se tal descumprimento afetar a validade e/ou a exeqüibilidade do Penhor;
- VI. (a) celebração, pela Emissora, ou permissão, pela Emissora para que sejam celebrados, acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas; e/ou (b) renovação, pela Emissora, ou permissão, pela Emissora para que sejam renovados, acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas, cujos termos sejam de qualquer forma contraditórios ou inconsistentes com os termos e condições desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Penhor, desde que, em qualquer dos casos deste inciso, o evento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- VII. as declarações previstas na Cláusula 10.1 abaixo provarem-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- VIII. protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer Controlada, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

—

CM



- IX. não pagamento, pela Emissora ou por qualquer Controlada, de qualquer dívida cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de tal dívida, antecipada ou prevista no respectivo contrato (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato);
- X. condenação da Emissora ou de qualquer Controlada, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado em qualquer período de 12 (doze) meses, ao pagamento de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do EBITDA da Emissora (conforme definido abaixo), para pagamento em prazo não superior a 1 (um) ano, excluindo depósitos judiciais;
- XI. mudança do objeto social da Emissora ou realização de qualquer negócio fora do objeto social da Emissora;
- XII. alienação, transferência ou alteração do controle societário, direto ou indireto da Emissora, de forma que a Odebrecht S.A. ("Odebrecht") (a) deixe de integrar o bloco de controle da Emissora; ou (b) tenha menos direitos que qualquer outro acionista integrante do bloco de controle; ou (c) deixe de efetivamente exercer os direitos (inclusive o de voto) inerentes às ações de que for titular ou ao acordo de acionistas da Emissora de que for parte, ressalvado que este inciso não será aplicável se a ocorrência do aqui disposto resultar de qualquer uma das operações previstas no artigo 231 da Lei n.º 6.404/76 na qual a Emissora tenha cumprido com os requisitos ali previstos;
- XIII. realização de quaisquer das operações previstas neste inciso envolvendo a Emissora ou qualquer Controlada (sendo certo que qualquer das operações abaixo entre a Emissora e qualquer Controlada não será considerada para os fins deste inciso): (a) aquisição de todos os ativos de outra sociedade ou de parcela substancial dos mesmos; (b) aquisição de participação no capital social de qualquer sociedade, sob qualquer forma, seja por aquisição ou subscrição de participação societária ou qualquer título ou valor mobiliário conversível em participação societária; (c) venda ou transferência de todos os ativos ou de parcela substancial dos mesmos; ou (d) qualquer outro ato ou operação que tenha como resultado o mesmo de qualquer uma das operações acima; desde que, em qualquer dos casos deste inciso, resulte, a qualquer tempo, no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) da emissão das Debêntures fixada para os fins da emissão das





Debêntures e constante do anúncio de início de distribuição das Debêntures além da classificação da respectiva agência de classificação de risco (*rating*) considerada "investment grade";

- XIV. venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) cujo valor unitário seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas; sem a aplicação integral, no prazo de 90 (noventa) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou à Controlada, conforme o caso, dos recursos líquidos da venda, cessão ou transferência (i) no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: a Emissora, quaisquer controladoras da Emissora ou Controladas; ou (ii) na aquisição de bens de mesmo valor, que irão integrar o ativo da Emissora ou da Controlada, conforme o caso;
- XV. não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- XVI. a Emissora ou qualquer Controlada, incorrer ou emitir, direta ou indiretamente, qualquer Dívida (conforme definido abaixo), salvo se o índice e limite financeiro *pro forma*, já refletindo a Dívida a ser incorrida, Dívida Líquida/EBITDA (conforme definido abaixo) for inferior a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) para 1 (um), não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que houver o respectivo desenquadramento, sendo certo entretanto que a Emissora e qualquer Controlada poderá sempre emitir ou incorrer nas seguintes Dívidas:
- (a) as Debêntures;
 - (b) Dívidas (outras que as Dívidas a que se referem as alíneas (a) acima e (d) abaixo) existentes na Data de Emissão;



99149G *11.AGO 2004



- (c) Dívida cujos recursos sejam utilizados para refinarciar ~~qualquer~~ Dívida permitida nas alíneas (a) e (b) acima ou pela observância do índice e limite acima mencionado, desde que:
- (i) o principal da Dívida emitida ou incorrida não exceda o valor de principal da Dívida refinanciada;
 - (ii) a Dívida emitida ou incorrida não tenha vencimento anterior à data de vencimento da Dívida refinanciada;
 - (iii) a Dívida emitida ou incorrida tenha um prazo de duração médio (assim entendido o número de anos resultante da divisão (1) do produto obtido pela multiplicação (x) do somatório das parcelas remanescentes ou outros pagamentos de principal, incluindo o pagamento na data de vencimento final, (y) pelo número de anos (calculado ao mais próximo de um doze avos) entre a data da determinação e o seu pagamento; (2) pelo saldo do principal de tal Dívida) igual ou superior ao prazo de duração médio remanescente da Dívida refinanciada; e
 - (iv) a Dívida emitida ou incorrida não tenha grau de preferência maior que a Dívida refinanciada;
- (d) Dívida incorrida pela Emissora junto a uma subsidiária integral da Emissora (ou uma subsidiária integral de tal subsidiária integral da Emissora) ou uma Controlada que a Emissora (ou uma subsidiária integral da Emissora) tenha Participação Societária equivalente a, no mínimo, 90% (noventa por cento), observado entretanto que será considerada Dívida sujeita aos limites impostos neste inciso (i) qualquer emissão ou transferência subsequente de Participação Societária que faça com que as sociedades a que se refere esta alínea deixem de ser subsidiária integral da Emissora (ou subsidiária integral de tal subsidiária integral da Emissora) ou Controlada que a Emissora (ou subsidiária integral da Emissora) tenha Participação Societária equivalente a, no mínimo, 90% (noventa por cento); ou (ii) qualquer transferência de Dívida (que não seja para uma das entidades a que se refere esta alínea);
- (e) Dívida de uma Controlada com a Emissora;
- (f) obrigações da Emissora ou qualquer Controlada em decorrência de (i) *swap* de taxa de juros ou contratos similares destinados à proteção contra flutuações de taxas de juros ou índices de taxas de juros relacionados a Dívidas da Emissora ou da Controlada



991496 +11.AGO 2004



na medida em que o valor de principal de tal obrigação não exceda o valor de principal da Dívida objeto do *swap* de taxa de juros ou contrato similar; e (ii) operações de proteção contra riscos cambiais, de *commodities* ou similares destinados à proteção contra flutuações de taxas de câmbio ou do preço de *commodities* relacionados a exposições de taxas de câmbio ou de *commodities* incorridas pela Emissora ou pela Controlada no curso das suas atividades sociais atuais; e

- (g) Dívidas cujos valores, individual ou agregado, de principal, somado a todas as Dívidas da Emissora e/ou das Controladas (outras que não as Dívidas permitidas nas alíneas (a) a (f) acima ou pela observância do índice e limite acima mencionado), não exceda US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu equivalente em outras moedas);

sendo certo que para os fins deste inciso, o valor de principal de qualquer Dívida da Emissora ou de qualquer Controlada será considerado o valor de principal de tal Dívida refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e suas Controladas, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM;

XVII. realização, pela Emissora ou por qualquer Controlada, de Investimentos (conforme definido abaixo), ou permissão, pela Emissora ou por qualquer Controlada, que sejam realizados Investimentos, (a) em qualquer entidade, ressalvados os Investimentos realizados no curso das suas atividades sociais atuais e cujos termos e condições não sejam menos favoráveis à Emissora ou então sejam realizados em condições normais de mercado, desde que imediatamente após realizado tal Investimento, a Emissora possa incorrer, no mínimo, em R\$1,00 (um real) (ou seu equivalente na data de apuração) de Dívida obedecendo o índice e limite financeiro a que se refere o inciso XVI acima (sem dedução de caixa ou equivalentes ou valores mobiliários contabilizados como ativo circulante e utilizados para realizar tal Investimento na determinação do montante Dívida Líquida para fins de cálculo do índice e limite a que se refere o inciso XVI acima); ou (b) em qualquer titular, direto ou indireto, de Participação Societária da Emissora;

XVIII. celebração, pela Emissora ou por qualquer Controlada, ou permissão, pela Emissora ou por qualquer Controlada, para que seja celebrado, qualquer contrato ou acordo que, direta ou indiretamente, proíba, restrinja ou imponha qualquer condição (a) ao pagamento, por



qualquer Controlada, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros; ou (b) ao pagamento ou concessão, por qualquer Controlada, de empréstimos à Emissora ou qualquer outra Controlada, sendo certo que o disposto neste inciso não se aplicará (i) às restrições e condições impostas nos documentos padronizados relativos a empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; (ii) às restrições e condições impostas por lei; (iii) às restrições e condições existentes e aplicáveis à Emissora ou às suas Controladas na Data de Emissão; e (iv) às restrições e condições usuais em contratos que versem sobre a venda de Controladas, desde que tais restrições e condições apliquem-se apenas às Controladas objeto da venda e que tal venda seja permitida nos termos desta Escritura de Emissão;

XIX. declaração ou pagamento, pela Emissora ou por qualquer Controlada, ou permissão, pela Emissora ou por qualquer Controlada, que sejam declarados ou pagos, de forma direta ou indireta, dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros, observado entretanto que:

- (a) a Emissora ou qualquer Controlada pode declarar e pagar dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros pagáveis apenas em novas ações de seu capital social;
- (b) a Emissora pode declarar e pagar dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros em dinheiro desde que, no caso desta alínea, na data do pagamento e após sua efetivação, (i) nenhum dos eventos descritos nesta Cláusula 6.1 tenha ocorrido e não tenha sido sanado; e (ii) que os dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros não exceda 2 (duas) vezes o dividendo mínimo ou os juros sobre capital próprio, conforme o caso, exigidos por lei, pelo estatuto social ou outro documento constitutivo da Emissora ou das Controladas em vigor na Data de Emissão (excluindo qualquer aditamento de qualquer documento constitutivo ou qualquer política de dividendos que seja adotada ou implementada pelo conselho de administração ou pelos acionistas da Emissora (ou pelo conselho de administração ou acionistas das Controladas da Emissora) que não seja determinado pela legislação em vigor). Para os fins desta alínea, a distribuição ou pagamento, pela Emissora, está limitado ao maior valor entre 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício social



anterior ou 6% (seis por cento) do valor unitário das ações preferenciais classe A e classe B da Emissora (obtido por meio da divisão do capital social da Emissora pelo total de ações em circulação, conforme previsto no estatuto social da Emissora);

- (c) a Emissora poderá adquirir ações ordinárias de sua emissão no mercado de ações, respeitada a regulamentação aplicável, desde que o montante total assim adquirido não exceda a qualquer tempo 5% (cinco por cento) do total das ações ordinárias da Emissora em circulação na Data de Emissão; e
 - (d) as Controladas poderão pagar dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros à Emissora e/ou a outra Controlada;
- XX. a Emissora ou qualquer Controlada criar, incorrer, assumir ou permitir a existência de qualquer Gravame (conforme definido abaixo) sobre qualquer de suas propriedades ou ativos, presentes ou futuros (incluindo Participação Societária ou Dívida da Emissora ou de qualquer Controlada), exceto:
- (a) Gravames Permitidos (conforme definido abaixo); e
 - (b) qualquer Gravame sobre propriedades ou ativos da Emissora ou suas Controladas constituído para garantir qualquer obrigação da Emissora ou de qualquer terceiro, desde que (i) se o valor agregado garantido por todos os Gravames, a qualquer tempo, exceder o montante equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do valor contábil (líquido, após deduzidas depreciações e amortizações) dos ativos permanentes da Emissora (de forma consolidada) ("Limite para Gravame"), tais Gravames que excedam o Limite para Gravame deverão garantir igual e proporcionalmente o pagamento integral de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) a Emissora mantenha durante todo o prazo de vigência desta Escritura de Emissão, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos seus ativos circulantes (de forma não consolidada) e pelo menos 50% de seus ativos permanentes (de forma não consolidada) livres e desembaraçados de qualquer Gravame. Os limites especificados nesta alínea serão calculados sem levar em consideração os Gravames Permitidos; ou
- XXI. realização, pela Emissora ou por qualquer Controlada, ou permissão, pela Emissora ou por qualquer Controlada, que seja realizada, com qualquer sociedade controlada, coligada ou sujeita a controle comum,





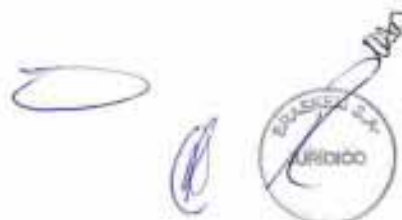
(a) venda, locação, arrendamento ou qualquer forma de transferência de propriedade ou ativos; ou (b) compra, locação, arrendamento ou qualquer forma de aquisição de propriedade ou ativos; ou (c) qualquer operação no caso deste inciso envolvendo um valor agregado de US\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu equivalente em outras moedas), em qualquer caso deste inciso exceto (i) operações cujos preços, termos e condições sejam não menos favoráveis à Emissora ou às suas Controladas do que seriam se realizadas em condições normais de mercado; (ii) qualquer Investimento permitido nos termos do inciso XVII acima; ou (iii) qualquer pagamento de dividendo, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucros permitido nos termos do inciso XIX acima.

Para os fins desta Escritura de Emissão, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Controlada" significa qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica da qual, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto seja de titularidade, direta ou indiretamente, (a) da Emissora; (b) da Emissora e de uma ou mais Controladas da Emissora; ou (c) de uma ou mais Controladas da Emissora.

"Dívida" significa, em relação a qualquer pessoa, sem duplicação:

- (a) o principal e o prêmio, se houver, relativo a dívida de tal pessoa em decorrência de empréstimos e/ou dívida representada por notas, debêntures, títulos de crédito, *bonds* e outros instrumentos similares cujo pagamento seja de responsabilidade de tal pessoa;
- (b) todas as obrigações de tal pessoa emitidas ou assumidas como custo diferido de aquisição de bens móveis ou imóveis, todas as obrigações de tal pessoa em decorrência de vendas condicionais ou de acordos de retenção de propriedade (tais como arrendamento mercantil ou alienação fiduciária) (excluídas as obrigações de curto prazo com fornecedores em geral pagáveis em até 180 (cento e oitenta) dias, incorridas no curso das suas atividades sociais atuais e, no caso de fornecedores de matérias-primas, pagáveis em até 360 (trezentos e sessenta) dias);
- (c) todas as obrigações de tal pessoa relativas ao reembolso a qualquer terceiro sob qualquer carta de crédito, aceite bancário ou operação de crédito similar, ressalvadas as obrigações a que se referem os itens (a) e (b) acima e as obrigações relativas a cartas de crédito garantindo obrigações incorridas no curso das suas atividades sociais atuais na medida que os recursos da carta de crédito não sejam desembolsados





ou, na medida em que sejam desembolsados, tal desembolso seja pago em até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento por tal pessoa de solicitação neste sentido;

- (d) todas as obrigações de tal pessoa relativas a resgate, pagamento ou outra forma de recompra de qualquer ação, opção, participação e similares resgatável no prazo de 1 (um) ano contado da Data de Emissão (excluindo dividendos acumulados);
- (e) todas as operações de proteção contra riscos financeiros e cambiais;
- (f) todas as obrigações a que se referem os itens (a) a (e) acima de outras pessoas e todos os dividendos de outras pessoas cujo pagamento, em qualquer dos casos deste item, tal pessoa seja responsável, direta ou indiretamente, como obrigada, garantidora ou semelhante, incluindo por meio de qualquer fiança, aval ou garantia similar (que não sejam obrigações de outras pessoas que sejam clientes ou fornecedores de tal pessoa pelas quais tal pessoa seja ou se torne obrigado ou responsável no curso das suas atividades sociais atuais apenas na medida em que tal pessoa não faça ou não seja obrigada a fazer qualquer pagamento relativo a tal obrigação); e
- (g) todas as obrigações a que se referem os itens (a) a (e) acima de outras pessoas garantidas por Gravame sobre qualquer ativo ou bem de tal pessoa (mesmo que tal obrigação não seja assumida por tal pessoa), sendo que o valor de tais obrigações será considerado o menor entre o valor de tais ativos ou bens ou o valor da obrigação garantida.

"Dívida Líquida" significa em qualquer data de apuração, o valor agregado da Dívida da Emissora e suas Controladas consolidadas decrescido do somatório de (sem duplicação) caixa e equivalentes consolidados e títulos e valores mobiliários registrados no ativo circulante (excluindo Participação Societária em qualquer pessoa), observada a Instrução CVM n.º 247, de 27 de março de 1996, conforme alterada, e demais normas de consolidação emanadas da CVM.

"EBITDA" significa, relativamente ao mais recente período concluído de 4 (quatro) trimestres consecutivos, receita líquida consolidada menos custo consolidado de vendas e/ou serviços menos despesas consolidadas com vendas, gerais e administrativas mais depreciação ou amortização incluídas no custo consolidado de vendas e/ou serviços e nas despesas consolidadas com vendas, gerais e administrativas mais dividendos pagos em dinheiro e juros sobre capital próprio distribuídos à Emissora por empresas cujos resultados sejam consolidados proporcionalmente e por empresas cujos resultados não sejam consolidados aos da Emissora mais outras receitas





operacionais consolidadas menos outras despesas operacionais consolidadas, conforme cada um dos itens acima são reportados nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM, observada a Instrução CVM n.º 247/96 e demais normas de consolidação emanadas da CVM.

"Dívida Líquida/EBITDA" significa, a qualquer tempo, a relação de (1) Dívida Líquida na data da apuração pelo (2) EBITDA, observado entretanto que, se desde o início de tal período, (a) a Emissora ou qualquer Controlada tiver realizado qualquer Venda de Ativos (conforme definido abaixo), o EBITDA para tal período será reduzido para um valor igual ao EBITDA (se positivo) ou aumentado por um valor igual ao EBITDA (se negativo) diretamente atribuível às ações, ativos ou outros bens objeto de tal Venda de Ativos para tal período; (b) a Emissora ou qualquer Controlada (por fusão, incorporação ou operações similares) tiver realizado um Investimento em qualquer Controlada (ou qualquer entidade que se torne Controlada) ou uma aquisição de ativos ou bens, incluindo qualquer aquisição de ativos ou bens relacionada a uma operação que resulte no cálculo do índice e limite financeiro Dívida Líquida/EBITDA, que constitua toda ou substancialmente toda uma unidade de negócios operacional, o EBITDA para tal período será calculado *pro forma* (incluindo a emissão de qualquer Dívida) como se tal Investimento ou aquisição tivesse ocorrido no 1º (primeiro) dia de tal período; e (c) qualquer pessoa (que subsequente se torne uma Controlada ou tenha fundido ou sido incorporada à Emissora ou a qualquer Controlada desde o início de tal período) tiver realizado qualquer Venda de Ativos ou qualquer Investimento que resultasse em um ajuste nos termos dos itens (a) e (b) acima se tivesse sido realizado pela Emissora ou por qualquer Controlada durante tal período, o EBITDA para tal período será calculado *pro forma* como se tal Venda de Ativos ou Investimento tivesse ocorrido no 1º (primeiro) dia de tal período. Para os fins desta definição, sempre que for realizado um cálculo *pro forma* com relação a uma aquisição de bens ou ativos ou a uma Venda de Ativos, o valor do EBITDA associado e os cálculos *pro forma* descritos acima serão determinados de boa-fé pelos administradores da Emissora.

"Gravame" significa qualquer hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame, venda condicional, acordo de retenção de propriedade (tais como arrendamento mercantil ou alienação fiduciária) ou gravame similar.

"Gravames Permitidos" significa (a) Gravame existente na Data de Emissão; (b) Gravame que recaia sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações do capital social) ou receitas para assegurar o pagamento de Dívidas incorridas exclusivamente com o propósito de



99149C *11.AGO 2004



possibilitar o financiamento da aquisição, construção ou instalação de tais propriedades ou ativos (inclusive ações de capital social); desde que constituída em até 120 (cento e vinte) dias contados da data de finalização de tal aquisição, construção ou instalação e não recaia sobre qualquer outra propriedade ou ativo da Emissora ou suas Controladas; (c) Gravame existente sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo ou receita de empresas que venham a ser incorporadas pela ou fundidas com a Emissora após a Data de Emissão, desde que (i) o Gravame não tenha sido criado por conta ou em decorrência da incorporação ou fusão; (ii) o Gravame não recaia sobre qualquer outra propriedade ou ativo da Emissora ou suas Controladas; e (iii) o Gravame garanta somente as obrigações que estejam garantidas na data da incorporação ou fusão; (d) Gravames constituídos nos termos do Contrato de Penhor; (e) qualquer prorrogação, renovação ou substituição, total ou parcial, de quaisquer dos Gravames descritos nas alíneas (a) a (d) acima, desde que (1) a referida prorrogação, renovação ou substituição seja limitada ao bem objeto do Gravame sendo prorrogado, renovado ou substituído; (2) o principal da Dívida garantida não seja aumentado; e (3) qualquer Gravame sobre Participação Societária da sociedade objeto da incorporação pela ou fusão com a Emissora possa ser transferido em decorrência da incorporação ou fusão para bens ou ativos que anteriormente à incorporação ou fusão eram de tal sociedade cujo valor contábil agregado não exceda o valor contábil Participação Societária naquele momento; (f) Gravames impostos por lei no curso das suas atividades sociais atuais, desde que garantindo obrigações devidas em prazo inferior a 90 (noventa) dias e que estejam sendo contestadas de boa-fé por adequados procedimentos judiciais, procedimentos estes com efeito de impedir a penhora ou venda da propriedade ou ativo sujeito ao gravame, ou outros Gravames outorgados em decorrência de sentenças ou liminares contra tal pessoa aos quais tal pessoa procederá com qualquer tipo de recurso; (g) penhores ou depósitos feitos no curso das suas atividades sociais atuais em decorrência de legislação previdenciária ou trabalhista; (h) depósitos em sede de recurso judicial no qual a pessoa seja parte ou depósitos em decorrência de processos licitatórios, contratos (outros que para pagamento de Dívida) ou arrendamentos no qual a pessoa seja parte ou depósitos para pagamentos de alugueres, em qualquer caso desde que feitos no curso das suas atividades sociais atuais; (i) Gravame em favor de garantidores ou emissores de cartas de crédito emitidas por conta e ordem de tal pessoa no curso das suas atividades sociais atuais; (j) gravames ou depósitos realizados no curso das suas atividades sociais atuais conforme exigido por lei ou regulamentação ou por qualquer órgão governamental; (k) Gravame garantindo tributos ou outras taxas governamentais cujo pagamento ainda não seja devido ou que esteja sendo contestado de boa-fé por adequados procedimentos e, ainda, que reservas ou provisões adequadas, se for o caso, tenham sido feitas conforme exigido pelas práticas contábeis





geralmente aceitas no Brasil; (l) vícios não significativos, servidões legais, direitos de passagem, restrições e outros ônus correlatos incorridos no curso das suas atividades sociais atuais, assim como limitações decorrentes de restrições de zoneamento que não afetem de forma significativa a utilização dos bens ou ativos afetados; e (m) Gravame garantindo contratos de *swap* de taxas de juros ou contratos similares destinados à proteção contra flutuações de taxas de juros, desde que a Dívida relacionada a tais contratos (i) seja permitida nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) seja garantida por Gravame sobre a mesma propriedade garantindo tais contratos de *swap*; (n) locações e sublocações de bens imóveis que não interfiram no curso das suas atividades sociais atuais da Emissora ou de quaisquer de suas Controladas, sempre que conduzidos dentro das práticas e termos usualmente adotados para bens imóveis em condição semelhante; e (o) quaisquer direitos de compensação pertencentes a qualquer pessoa em relação a contas de depósito mantidas pela Emissora e aplicáveis no curso das suas atividades sociais atuais, sem implicar em uma operação de financiamento.

"Investimento" significa (a) a aquisição (mediante pagamento em dinheiro, propriedade, ativos, serviços, valores mobiliários ou outro) de Participação Societária, títulos de dívida, notas promissórias, debêntures, quotas, valores mobiliários ou similares de qualquer sociedade ou contrato ou acordo para adquirir (incluindo "vendas a descoberto", ou qualquer venda de valor mobiliário que, na data da respectiva transação, não seja de propriedade do vendedor, incluindo adiantamentos feitos a sociedades relacionados a futuros aumentos de capital); (b) depósito, adiantamento, empréstimo ou concessão de qualquer crédito para qualquer pessoa (incluindo a compra de propriedade ou ativos de outra pessoa sujeito à revenda a esta mesma pessoa), mas excluindo qualquer adiantamento, empréstimo ou concessão de crédito de prazo inferior a 90 (noventa) dias concedidos em decorrência da venda de mercadorias por aquela pessoa no curso das suas atividades sociais atuais; ou (c) garantir qualquer obrigação de qualquer outra pessoa.

"Participação Societária" significa, com relação a qualquer pessoa, todas e quaisquer ações, quotas, direitos de compra, opções, participações e similares, incluindo ações preferenciais, mas excluindo quaisquer valores mobiliários representativos de dívida conversíveis ou permutáveis.

"Valor de Mercado" significa, com relação a qualquer ativo, o valor presente dos recursos que poderiam ser recebidos em operação realizada sob condições normais de mercado entre um vendedor e um comprador não pertencentes ao mesmo grupo econômico, os quais não se encontram sob qualquer tipo de coação para realizar a operação, em qualquer caso que tenha sido determinado de boa-fé pela Emissora.





"Venda de Ativos" significa qualquer venda, arrendamento, transferência ou alienação (ou séries de vendas, arrendamentos, transferências ou alienações) ("Venda") de ações do capital social de uma Controlada (outra que as ações dos membros do conselho de administração), de propriedades ou ativos da Emissora ou suas Controladas, incluindo qualquer Venda por meio de fusão, incorporação ou transação com efeito similar, excluindo (a) Venda de propriedade ou ativo por Valor de Mercado no curso das suas atividades sociais atuais; (b) Venda por suas Controladas à Emissora ou pela Emissora ou suas Controladas às suas subsidiárias integrais; e (c) Venda de ativos obsoletos no curso das suas atividades sociais atuais.

- 6.1.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I e II da Cláusula 6.1 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
- 6.1.2 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.1 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.1.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.9.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo certo entretanto que caso a Emissora comprove que o evento objeto da convocação da assembléia geral dos debenturistas foi sanado antes da data da sua realização, poderão os debenturistas, por decisão dos titulares de, no mínimo, 1/3 (um terço) das Debêntures em circulação, deliberar pela não declaração do vencimento antecipado, caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da mesma assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.1.3 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso III da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros





valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247/96, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias à apuração do índice e limite a que se refere o inciso XVI da Cláusula 6.1 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor e de inexistência de qualquer evento de vencimento antecipado, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração do índice e limite a que se refere o inciso XVI da Cláusula 6.1 acima;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando, naqueles enviados ao final de cada semestre, as rubricas necessárias à apuração do índice e limite a que se refere o inciso XVI da Cláusula 6.1 acima, quando for o caso – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor e de inexistência de qualquer evento de vencimento antecipado, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração do índice e limite a que se refere o inciso XVI da Cláusula 6.1 acima, quando for o caso;





- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração, reuniões de diretoria e reuniões do conselho fiscal que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (e) informações sobre alterações de titularidade de ações de emissão da Emissora, para os fins previstos no inciso XII da Cláusula 6.1 acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva alteração;
 - (f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor, de quaisquer dos Contratos de Fornecimento e de quaisquer contratos relevantes à sua respectiva atividade, de que a Emissora seja parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do descumprimento;
 - (g) qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação; e
 - (h) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. cumprir com todas as obrigações assumidas no Contrato de Penhor, praticando todos os atos para que o Penhor permaneça válido e eficaz até o cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor;
- III. confiar ao Banco Centralizador, desde já e em caráter irrevogável e irretratável, a administração da cobrança de Direitos Creditórios Empenhados, e instruir os Clientes devedores de tais Direitos Creditórios Empenhados a efetuar os pagamentos devidos na Conta Centralizadora;



- IV. franquear ao Agente Fiduciário, ou a seus prepostos, o livre acesso, inclusive eletrônico, para consulta à Conta Centralizadora e aos sistemas de cobrança dos Direitos Creditórios Empenhados, autorizando desde já o Banco Centralizador a franquear tal acesso ao Agente Fiduciário ou a seus prepostos independentemente de anuência ou consulta prévia à Emissora;
- V. contratar para o início da distribuição pública das Debêntures e manter atualizada, pelo menos semestralmente, a classificação de risco da emissão das Debêntures, devendo, ainda, (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a súmula da classificação de risco; e (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório da classificação de risco preparado pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora;
- VI. sempre que a Emissora realizar qualquer das operações previstas no inciso XIII da Cláusula 6.1 acima, (a) informar o Agente Fiduciário, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da realização da respectiva operação; (b) contratar a agência de classificação de risco Fitch para realizar revisão da classificação de risco das Debêntures, devendo o relatório de classificação de risco ser enviado ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva operação; e (c) efetuar o cálculo do limite e índice a que se refere o inciso XVI da Cláusula 6.1 acima, entregando ao Agente Fiduciário cópia de suas últimas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas, *pro forma*, refletindo a operação realizada, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias à apuração do índice e limite e acompanhadas de relatório demonstrando a apuração do índice e limite;
- VII. manter e fazer com que suas Controladas mantenham todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças, em qualquer caso essenciais à consecução e desenvolvimento de seus objetos sociais;
- VIII. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- IX. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76,





bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM nº 2012 de 1º de fevereiro de 1994;

- X. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço;
- XI. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Centralizador, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix) e a agência de classificação de risco prevista nesta Escritura de Emissão;
- XII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.7 abaixo; e
- XIII. comparecer às assembleias de debenturistas sempre que solicitada.

VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário dos debenturistas da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.
- 8.2 O Agente Fiduciário declara neste ato que:
 - I. não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. está ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;



991496 *11.AGO 2004



- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
- V. aceita integralmente a Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor, todas as suas cláusulas e condições;
- VI. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Penhor e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- VII. a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- VIII. as obrigações do Agente Fiduciário previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor são exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IX. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor;
- X. verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76; e
- XI. verificou a regularidade, exequibilidade e suficiência do Penhor, constituído nos termos do Contrato de Penhor e observados os requisitos de registro e de notificação, e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

8.2.1 O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.2 acima.

8.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.2.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

8.3 A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

—





- 8.4 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembléia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto nas Cláusulas 8.4.4 e 8.4.6 abaixo.
- 8.4.1 Na hipótese do Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.4.2 Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.
- 8.4.3 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora.
- 8.4.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.
- 8.4.5 Os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.
- 8.4.6 O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a assembléia geral de debenturistas a que se refere a Cláusula 8.4 acima não delibere sobre a matéria.
- 8.4.7 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Penhor, averbados na Junta Comercial do local de registro desta Escritura de Emissão e nos cartórios de registro de



991496 11 AEO 2004



títulos e documentos a que se refere o inciso II da Cláusula 2.1 acima, conforme previsto no artigo 5º da Instrução CVM n.º 28/83.

- 8.4.8 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.25 acima.
- 8.4.9 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento.
- 8.4.10 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.5 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:
- I. parcelas trimestrais no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais) cada, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da Data de Integralização e as demais, na mesma data dos trimestres subsequentes até a Data de Vencimento ou, se for o caso, o cancelamento das Debêntures. O valor da última parcela deverá ser calculado *pro rata die* até a Data de Vencimento;
 - II. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
 - III. o valor das parcelas será atualizado anualmente pela variação acumulada do IGPM desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário;
 - IV. a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
 - V. ao valor da remuneração serão acrescidos os tributos incidentes sobre os honorários (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, contribuição para o Plano de Integração Social – PIS e Contribuição



991496 *11.AGO 2004



para o Financiamento da Seguridade Social – Coíns) às alíquotas vigentes na data dos respectivos pagamentos;

- VI. a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da sua função, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação; e
 - VII. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida no inciso II acima.
- 8.5.1 Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam consideradas necessárias em base razoável, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- 8.6 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas razoáveis a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

—

—

—
ARREDO

1657

99149C *11.AGD 2004



- 8.6.1 Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.
- 8.7 As despesas a que se refere a Cláusula 8.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - II. extração de certidões;
 - III. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.
- 8.7.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.8 Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
 - II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;







- IV. verificar a observância, pela Emissora, dos limites previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso X da Cláusula 8.2 acima;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso IX da Cláusula 8.2 acima;
- VI. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. verificar a regularidade da constituição do Penhor, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso XI da Cláusula 8.2 acima, e a manutenção da suficiência e exequibilidade do Penhor e da suficiência do Limite Mínimo;
- X. examinar a proposta de substituição dos Direitos Creditórios Empenhados e manifestar sua expressa e justificada concordância, tudo de acordo com os termos do Contrato de Penhor;
- XI. intimar a Emissora a reforçar o Limite Mínimo a qualquer tempo, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- XII. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIV. convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, se for o caso, da proposta a ser submetida à assembléia geral de debenturistas;
- XV. comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à



Bovespa, na data de encerramento da assembléia geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de debenturistas;

- XVI. elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora e ao primeiro, segundo e terceiro trimestres dos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações, exceto pela informação a que se refere a alínea (c) abaixo, que constará apenas do relatório relativo ao exercício social da Emissora:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade do Penhor e da suficiência do Limite Mínimo, apresentando demonstrativo de cálculo do Limite Mínimo;
 - (j) eventuais atrasos, inadimplências e discrepância de valores relativos aos Créditos Empenhados;
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;



- XVII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVI acima aos debenturistas da seguinte forma: (a) relatório relativo ao exercício social anterior, até o dia 30 de abril de cada ano; (b) relatório relativo ao primeiro trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de maio de cada ano; (c) relatório relativo ao segundo trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de agosto de cada ano; e (d) relatório relativo ao terceiro trimestre de cada exercício social, até o dia 30 de novembro de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no local por ele indicado;
 - (c) na CVM;
 - (d) na Bovespa e na CETIP; e
 - (e) junto ao Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- XVIII. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.25 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVI acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;
- XIX. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à CBLC, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a CETIP, a CBLC e a Instituição Depositária a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;
- XX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XXI. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas da Emissora e informações públicas;
- XXII. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta



Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Penhor, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) à CETIP e à Bovespa; e
- (c) à Emissora; e

XXIII. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto nas Cláusulas 8.5, 8.6 e 8.7 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

8.9 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 6.1 acima, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.1 a 6.1.2 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. executar o Penhor, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, ou, se for o caso, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.9.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV da Cláusula 8.9 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de todas as Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso V da Cláusula 8.9 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.





IX
DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 9.2 A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A assembléia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.4 A presidência da assembléia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) das datas de pagamento do Valor Nominal e da Remuneração; (d) da espécie das Debêntures; e (e) do Penhor, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.6 Para os fins de apuração do quorum de instalação e do quorum de deliberação em qualquer assembléia de debenturistas, serão excluídos os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, ou qualquer controladora ou controlada (conforme definido na Lei n.º 6.404/76), direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.
- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

>

(P) (C) (S) (T) (U) (V) (W) (X) (Y) (Z)

99143G *11.AGO 2004



- 9.9 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

X DAS DECLARAÇÕES

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Penhor e os demais contratos relacionados às Debêntures e ao Penhor e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, bem como a colocação das Debêntures e o Penhor, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladoras ou Controladas, diretas ou indiretas) seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora (ou de suas controladoras ou Controladas, diretas ou indiretas), nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras ou Controladas, diretas ou indiretas), exceto por aqueles já existentes na presente data e pelo Penhor; e (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- V. os prospectos preliminar e definitivo ("Prospectos") (a) contêm todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira (e suas controladas e coligadas ali mencionadas e suas respectivas atividades e situação econômico-financeira), dos riscos inerentes às atividades da Emissora (e de suas controladas e coligadas ali mencionadas); (b) não contêm

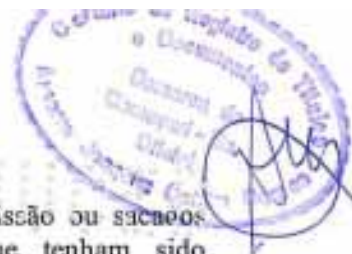


declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes, tendo feito todos os esforços para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;

- VI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora e às suas controladas e coligadas ali mencionadas foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001, 31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2003 e aos períodos encerrados em 31 de março de 2003 e 31 de março de 2004 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. exceto se de outra forma mencionado nos Prospectos, em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- IX. ressalvadas as obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- X. ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, inexistem, em seu melhor conhecimento, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou em sua atividade, ou nas suas Controladas, nas suas condições financeiras ou em suas atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar os Créditos Empenhados, a Conta Centralizadora (conforme definidos no Contrato de Penhor), esta Escritura de Emissão ou o Contrato de Penhor; e



99149C *11.AGO 2004



XI. não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de sua emissão ou saques contra a Emissora ou qualquer Controlada, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (b) dívida vencida e não paga de responsabilidade da Emissora ou de qualquer Controlada, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão.

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas se mostrarem inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas.

XI DAS DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures e do Penhor, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e ao Penhor.



99149C *11.AGO 2004



XII DA RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.



991496 +11.AGO 2004



XV
DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado da São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 3 de agosto de 2004

BRASKEM S.A.

Nome: BERNARDO GRADIN
Cargo: DIRETOR

Nome: Mauricio Roberto de Carvalho Ferro
Cargo: Diretor

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: JOSE ALEXANDRE FREITAS
Cargo: DIRETOR

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

Nome: MAURICIO HEBERAA VILHA
Id.: 09370004-7 SSP/RS
CPF/MF: 016 801 827-65

Nome: Paulo Paulo Panchalini
Id.: 17.44.410-5 SSP-SP
CPF/MF: 091.941.448-69

